

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)**

Atena
Editora
Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Maristela Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-944-8

DOI 10.22533/at.ed.448210104

1. Ciências sociais. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne capítulos que versam sobre os trânsitos da teoria à prática. Para tanto, há que se pensar em uma teoria e uma prática que estejam além do discurso descompromissado do cotidiano, afinal pensar a respeito de algo e agir sobre não são movimentos indiscutivelmente divorciados e irreconciliáveis. É evidente que entre as elaborações teóricas desenvolvidas no ambiente acadêmico e a implementação de políticas públicas robustas que efetivamente afetam positivamente as vidas das pessoas, há um longo caminho.

Dito isso, ao contrário do que sugere o senso comum, teoria e prática não são oponentes, mas apenas segmentos distintos do mesmo processo.

Sem compreender como uma sociedade se constituiu historicamente e quais são as estruturas que a governam, não é possível detectar possíveis problemas, elaborar alternativas ou proporcionar inovações. O Brasil, problema maior do qual emanam todos os dilemas menores investigados nestes textos, construiu-se ao longo de cinco séculos preservando fortes estruturas coloniais, classistas e racistas, algo que, enquanto visto como uma realidade cristalizada no passado por uma parcela privilegiada da população, ainda marca profundamente nossas negociações sociais, permanecendo muito viva nos combates cotidianos.

A presente coleção compreende trabalhos que abordam questões pertinentes ao direito e aos desdobramentos jurídicos, às políticas educacionais, às iniciativas de desenvolvimento econômico, à manutenção da saúde física e mental, à segurança pública e ao empreendedorismo. Todos estes temas, embora caracterizados por incontáveis especificidades no que diz respeito às metodologias adotadas e resultados esperados, são fundamentalmente elaborações emanadas da malha social, de tal maneira que todos devem ser contemplados por uma mirada global e complexa dos ambientes em que residimos e construímos nossas vidas coletivas.

O estudo das dinâmicas aqui expostas aponta para um desenvolvimento positivo, uma conexão mais visível e fortalecida entre o espaço acadêmico e o mundo fora dos muros das universidades ou da vida acadêmica. As pesquisas que compõem essa obra são sintomáticas de núcleos de pesquisa cujo olhar está voltado para as ruas, praças, postos de trabalho e núcleos populacionais que fazem parte de nossas vidas e demandam nossa atenção.

A vida humana, justamente por sua composição essencial e inevitavelmente social, existe em constante fluxo. Nossas existências, compulsoriamente coletivas (por mais que tentemos nos pensar autossuficientes) são caracterizadas pela mudança, e é através do estudo aprofundado e reflexivo dessas relações dinâmicas, como as investigações aqui reunidas, que podemos esperar constituir sociedades mais estáveis, inclusivas e justas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNORECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Maria Amelia Souza Reis

DOI 10.22533/at.ed.4482101041

CAPÍTULO 2..... 20

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Josemar da Silva Abrantes

Renata Silva Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4482101042

CAPÍTULO 3..... 27

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Pereira de Melo

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia

Rejane Sartori

DOI 10.22533/at.ed.4482101043

CAPÍTULO 4..... 43

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano José Barreto

DOI 10.22533/at.ed.4482101044

CAPÍTULO 5..... 53

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

Hillary Mariane Lapas Fujihara

Patricia Helena de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.4482101045

CAPÍTULO 6..... 68

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Alan Caldas

DOI 10.22533/at.ed.4482101046

CAPÍTULO 7..... 83

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Clara Larissa Pinto de Araújo

Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena

Erivan Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.4482101047

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 8 | 88 |
| ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA | |
| Daniela de Oliveira Massad | |
| Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza | |
| Andreia Maria Pedro Salgado | |
| Édis Mafra Lapolli | |
| Fernando Augusto Silva Marins | |
| DOI 10.22533/at.ed.4482101048 | |
| CAPÍTULO 9 | 100 |
| CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS | |
| Tomas Matheus Giacomet de Oliveira | |
| Priscila dos Santos Schiavo | |
| Denis Dall'Asta | |
| Clóvis Fiirst | |
| DOI 10.22533/at.ed.4482101049 | |
| CAPÍTULO 10 | 111 |
| CERÂMICA VIVA | |
| Isabela Frade | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010410 | |
| CAPÍTULO 11 | 124 |
| COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR | |
| Samantha Frohlich | |
| Eliana Cunico | |
| Gabriela Christ | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010411 | |
| CAPÍTULO 12 | 140 |
| DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA? | |
| Ralph José Neves dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010412 | |
| CAPÍTULO 13 | 152 |
| DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL | |
| Allain Wilham Silva de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010413 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 14..... | 174 |
| ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE | |
| Gladys Milena Berns Carvalho do Prado | |
| Roberto Carlos dos Santos Pacheco | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010414 | |
| CAPÍTULO 15..... | 185 |
| ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA | |
| Bruna Hariane da Costa | |
| Emanuel Zanandréa | |
| Valéria Fracaro | |
| Valquíria Scolari | |
| Willian Sbruzzi | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010415 | |
| CAPÍTULO 16..... | 204 |
| ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018 | |
| Clara Alice Spies | |
| Lucimara Aparecida Zancheta | |
| Liliane Dalbello | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010416 | |
| CAPÍTULO 17..... | 226 |
| GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE | |
| Natália Aguiar Mol | |
| Sophia Guarnieri | |
| Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França | |
| Jordan de Oliveira Ferreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010417 | |
| CAPÍTULO 18..... | 243 |
| GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO | |
| Vera Ruth de Carvalho Fidalgo | |
| Rilvanda Maria Pires Santos | |
| Caroline das Graças dos Santos Ribeiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010418 | |
| CAPÍTULO 19..... | 275 |
| IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO | |
| Luiz Laertes de Freitas | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010419 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 20 | 297 |
| INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ | |
| José Roberto Cordeiro Luciane Maria Fadel | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010420 | |
| CAPÍTULO 21 | 309 |
| INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA | |
| Fábio Teixeira Lima Felipe Lopes de Lima Gernei Goes dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010421 | |
| CAPÍTULO 22 | 320 |
| MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO | |
| Aline Tavares | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010422 | |
| CAPÍTULO 23 | 332 |
| NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA | |
| Adriana do Carmo Figueiredo | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010423 | |
| CAPÍTULO 24 | 346 |
| O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017 | |
| Pricila Pereira dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010424 | |
| CAPÍTULO 25 | 359 |
| OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM | |
| Gladys Milena Berns Carvalho do Prado Graziela Grando Bresolin Patricia de Sá Freire Roberto Carlos dos Santos Pacheco | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010425 | |
| CAPÍTULO 26 | 373 |
| RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO | |
| Marina Aparecida Espinosa Negri | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010426 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 27..... | 388 |
| TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA | |
| Amanda Silva Abrão | |
| Glória de Freitas Rocha Ribeiro | |
| Leôncio Campos Gouveia | |
| Mariana de Pádua Alves | |
| Marcos Roberto Alves da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010427 | |
| CAPÍTULO 28..... | 405 |
| BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA | |
| Rafael Angelo Santos Leite | |
| Marina Bezerra da Silva | |
| Iracema Machado de Aragão | |
| Maria Emilia Camargo | |
| DOI 10.22533/at.ed.44821010428 | |
| SOBRE AS ORGANIZADORAS..... | 418 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 419 |

O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017

Data de aceite: 22/03/2021

Pricila Pereira dos Santos

(UESC)

Ilheus-BA

<http://lattes.cnpq.br/1060436745858375>

RESUMO: O presente estudo é uma pesquisa na área de Políticas Públicas, referente à atuação e intervenção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ubatã-Bahia e a população atendida nos anos de 2016 e 2017. As políticas sociais se consagraram, no Brasil, depois do processo de redemocratização (1988), e nesse acompanhamento assim, faz-se necessário entender a política de assistência social no Brasil, compreender a relação entre o direito à assistência social no país, compreender à relação entre o direito a assistência social e a condição de bem estar social, como também discutir os desafios e o processo de intervenção desenvolvido pelo CRAS de Ubatã-Bahia. Partiu-se da indagação: qual o perfil de atuação e intervenção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ubatã-Bahia em 2016 e 2017? Esse estudo disponibiliza ao CRAS de Ubatã-Bahia, a análise das ações e intervenções desenvolvidas, como também uma reflexão sobre intervenções futuras. A metodologia desenvolvida foi a da pesquisa bibliográfica, partindo de discussões significativas de diversos autores sobre o problema social e o bem estar dos indivíduos, do direito do indivíduo

e da construção da Assistência Social no Brasil, do Centro de Referência de Assistência Social e tem ainda, o método documental, quanto o papel de atuação do CRAS – Ubatã e cadastros do Centro, quanto a população atendida. Assim, após o estudo teórico-analítico, concluiu-se que as Políticas Públicas Sociais são imprescindíveis no município de Ubatã-Bahia dada a sua demanda social. O CRAS desenvolveu atividades significativas no ano de 2016 e 2017 levando a população ao conhecimento e acesso a serviços sociais que reduzem a condição de vulnerabilidade e resgata a dignidade, oportunizando aos indivíduos a condição de agentes ativos no meio inserido, agentes que fazem parte de uma comunidade e precisam ser reconhecidos como cidadãos atuantes.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas Públicas. Vulnerabilidade. CRAS. Ubatã-Bahia.

THE ROLE OF ACTION AND INTERVENTION OF THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER (CRAS) IN UBATÃ-BA AND THE POPULATION SERVED BETWEEN 2016 AND 2017

ABSTRACT: This study is a research in the area of public policies, referring to the performance and intervention of the Reference Center for Social Assistance (CRAS) in Ubatã-Ba and the population served in the years 2016 and 2017. Social policies were established in Brazil, after the process of redemocratization(1988), and in this way, it is necessary to understand the social assistance policy in Brazil, understand the relationship between the right to social.

Assistance in the country, understand the relationship between the right to social assistance and the condition of social well-being, as well as discussing the challenges and the intervention process developed by CRAS in Ubatã-Bahia. It started from the question: what is the profile of action and intervention of the reference center for social assistance (CRAS) in Ubatã-Bahia in 2016-2017? This study provides CRAS in Ubatã-Bahia with an analysis of the actions and interventions developed. As well as a reflection on future interventions. The methodology developed was that of bibliographic research, starting from significant discussions by several authors on the social problem and the well-being of individuals, the right of the individual and the construction of social assistance in Brazil, from the Reference Center for Social Assistance, the documental method, regarding the role of CRAS – Ubatã and records of the center, regarding the population served. Thus, after the theoretical analytical study, it was concluded that public social policies are essential in the city of Ubatã-Bahia given its social demand. CRAS developed significant activities in 2016 and 2017, bringing the population to knowledge and access to social services that reduce the condition of vulnerability and rescues dignity, giving individuals the condition of active agents in the inserted environment, agents that are part of a community and need to be recognized as active citizens.

KEYWORDS: Public Policies. Vulnerability. CRAS. Ubatã-Bahia.

1 | INTRODUÇÃO

O atendimento das necessidades básicas do indivíduo se torna essencial para a sua qualidade de vida e para a sua inserção na sociedade. Uma pessoa que possui alimentação, moradia, vestimentas, por exemplo, possui o mínimo para sobreviver e o mínimo para cuidar daquilo que seria o mínimo para um sentimento de bem estar.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma segmentação da política de assistência social brasileira, fragmentada em nível municipal que atua no reconhecimento da desigualdade social e por meio de políticas e projetos que possam prevenir e dirimir algumas situações, disponibilizando assistência como alimentos, agasalhos, atividades físicas de acordo com a idade da população, atividades esportivas para jovens em situação de risco e promoção de palestras e orientações conscientizando a população do seu papel de cidadão.

Para que se alcançasse o resultado, a pesquisa buscou, enquanto objetivo geral de pesquisa, analisar o perfil de atuação e intervenção do CRAS no município de Ubatã-Bahia nos anos entre 2016 e 2017. Enquanto objetivos específicos buscou-se: i) entender a política de assistência social no Brasil; ii) entender a relação entre o direito à assistência social; iii) contextualizar o CRAS enquanto instrumento de política de assistência social.

A pesquisa foi desenvolvida com o uso do método dedutivo e através de uma abordagem qualitativa e descritiva. O procedimento metodológico foi o da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental conforme propõe Munhoz (1989) e Lakatos e Marconi (1991). A pesquisa bibliográfica foi utilizada para se entender a concepção sobre o tema, permitindo entender e, conseqüentemente, levar a reflexão proposta (LAKATOS;

MARCONI, 2013), sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A pesquisa documental se deu por meio da análise de fichas de cadastro, como também informações encontradas no site do Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome dos atendimentos realizados no CRAS em questão, após autorização institucional para tanto. Compondo, então o arcabouço de dados primários da pesquisa. Enquanto análise dos dados, o processo se deu através da seleção, codificação e da tabulação dos mesmos, como proposto por Lakatos e Marconi (2013). A etapa de seleção foi feita por uma verificação crítica das informações que serviriam para a pesquisa. A codificação foi dada por categorização das informações.

A pesquisa foi realizada no município de Ubatã, que fica na região sul da Bahia e que possui três instituições que atendem às pessoas de baixa renda e de vulnerabilidade social: a Secretaria de Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

A estrutura de construção da discussão da pesquisa pautou-se na seguinte distribuição: inicialmente falou-se sobre a política assistencial no Brasil, associada à discussão sobre o direito individual à assistência social. Em seguida passou-se a discutir a lógica da existência do CRAS em sua característica de política de intervenção para, por fim, associar essa lógica a realidade do CRAS de Ubatã-Bahia.

2 | POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

2.1 O Direito do indivíduo e a construção da assistência social no Brasil

De acordo com Araújo (2009) a proteção social é um dever do Estado e compete a cada nação escolher, qual o modelo é mais adequado a sua população, ou que seja mais viável a depender das carências existentes. Ou seja as nações não seguem um padrão de políticas públicas, porém desenvolvem atividades que respeite a integridade, os costumes e particularidades de cada indivíduo.

O Estado se apresenta como protetor dos fracos, como meio de satisfazer as necessidades sociais, pelas medidas legais que compensem as fraquezas dos indivíduos, pela introdução dos direitos sociais. Esta compensação se justifica em nome de uma justiça distributiva, da equidade ou da igualdade de oportunidades. Em suas leis, o Estado liberal, "o protetor dos cidadãos", estabelece sua norma de intervenção (FALEIROS, 1991, p.43).

Porém com tanta demanda social e pelo enfrentamento de crises políticas e econômicas o Estado acaba deixando de lado algumas das necessidades apresentadas pela comunidade. Entretanto isso não quer dizer que o sistema social é ineficaz, ele busca adequar seu serviço às principais demandas.

Ao buscar na conjuntura histórica da implantação de ações de assistência social a Igreja Católica desempenhou papel de caridade e supressão de situações consideradas

atípicas às sociedades, como o auxílio a indivíduos órfãos, delinquentes e inválidos. Bem como o provimento de alimentação. Até então, o Estado não era responsável por essa questão (MESTRINER, 2005).

2.2 Política de Assistência Social no Brasil recente

A luta para alcançar esse benefício não partiu dos principais interessados, mas de terceiros que tinham a preocupação com as pessoas que se encontravam em situação de risco e vulnerabilidade social. Partiu de pessoas que tinham o conhecimento daquilo que estava sendo reivindicado, profissionais que de forma direta ou indireta possuía ligação com a problemática social.

Em 1993 a LOAS¹ foi aprovada e, com ela houve a instituição do SUAS² e a assistência formou-se como dever do Estado. Surge pela Lei 8.742/93 beneficiando pessoas com até um salário mínimo que não possui meios de subsistir e ou de prover a família (pessoas a cima de 65 anos ou que sejam deficientes). Para ter o direito garantido, o indivíduo tem que estar em condição de pobreza, - e isso pode ser averiguado por meio da visita da Instituição no endereço da moradia e por meio de investigação social.

Além deste benefício a LOAS ainda garante o respeito à dignidade do cidadão, a universalização dos direitos sociais e igualdade de direitos no acesso ao atendimento. Assim cabe aos municípios executar os projetos de enfrentamento a pobreza, atender as ações assistenciais, prestar os serviços sociais, efetuar o pagamento de auxílio natalidade e funeral (BRASIL, 2019).

O governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) continuou com o andamento da assistência social e promoveu a transferência de renda para indivíduos que se encontrassem em condição de pobreza ou de extrema pobreza. Durante o governo foi criado o Programa Comunidade Solidária, Programa Comunidade Ativa, o Projeto Alvorada o BPC e o CadÚnico, com verbas adquiridas pelo fundo de combate à pobreza, pela rede Social de Proteção Social e de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (LIMA, 2012).

Entre os anos de 2003-2010 do presidente Luiz Inácio Lula da Silva houve uma reforma da seguridade social, o empenho para melhorar os programas criados deu uma maior participação da sociedade, além da implantação do SUAS (FREITAS, 2007).

Para a concretização da assistência social, todo o processo histórico descrito foi válido para que enfim o Estado em parceria com os municípios pudessem se organizar para oferecer um serviço de qualidade, serviço esse que não beneficia somente o indivíduo, mas a sociedade também, que faz parte desse cenário que por tantos anos beneficiou uma parcela dos que se encontravam em condição de vulnerabilidade.

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2008) os sistemas além de favorecer uma clientela que possui menos recurso de subsistência, também é um acordo social que

1 Lei Orgânica de Assistência Social.

2 Sistema Único de Assistência Social.

perpassou por processo histórico, e nesse longo processo, criaram-se estratégias para atender as demandas existentes.

Para Goldani (2002) são as transformações globais e os desafios econômicos criados pelo mercado, que estão levando os indivíduos a condição de vulnerabilidade e que mesmo com a atuação do governo para mudar tal situação, a presença dos membros da família nessa tarefa é indispensável, porque é a família que mantém os primeiros contatos com o indivíduo após o nascimento. É ela responsável pela educação e proteção nos primeiros anos de vida.

3 I O CRAS EM UBATÃ-BA: PERFIL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO

3.1 Ubatã-Bahia e o quadro de vulnerabilidade social

Os serviços de proteção social são disponibilizados para indivíduos que possuem, ou não renda. Todavia, apesar de possuir renda não é o suficiente para se manter, há regiões em que a demanda por Políticas Públicas é maior, devido as circunstâncias sociais e econômicas locais. Ou seja, para se entender a necessidade de dada região a ser beneficiada por Políticas Públicas faz-se necessário conhecer o panorama local. Assim, de maneira geral o perfil socioeconômico do município de Ubatã-Bahia pode ser resumido no quadro abaixo:

| UBATÃ-BA | |
|---------------------------------------|-----------------------|
| Área | 335,19km ² |
| IDHM 2010 | 0,593 |
| Renda <i>per capita</i> | 306,52 |
| IDHM longevidade | 0,788 |
| IDHM educação | 0,452 |
| Taxa de Mortalidade | 20,9% |
| Índice de GINI | 0,53 |
| % de pobres ³ | 40,02% |
| % de extremamente ⁴ pobres | 14,63% |

Quadro 1 – Características socioeconômica de Ubatã-Bahia

Fonte: Atlas Brasil (2018)

Como se pode observar, com base nos dados do último Censo de 2010, a extensão territorial de Ubatã-Bahia é de 335,19Km². Um município com uma pequena área espacial. O Índice de Desenvolvimento Humano está abaixo do IDHM do Brasil (0,725), embora seja considerado médio padrão no indicador (o maior IDHM do Brasil é de 0,862 e pertence ao

município São Caetano do Sul-SP). O IDHM da Bahia é de 0,660, e Ubatã também está abaixo do IDHM do Estado .

A renda per capita é a renda média de cada indivíduo para o município e, Ubatã possui uma renda per capita baixa, de 306,52, e isso evidencia que a região perpassa por dificuldades econômicas e sociais.

O IDHM de longevidade está relacionado com a esperança de vida ao nascer, a saúde e à qualidade de vida. O quadro 1 apresenta um índice de 0,788 que é um número aceitável, pois indica que os indivíduos têm chegado até a velhice. Já o IDHM educação de 0,452 é de se preocupar, pois é um percentual baixo, o que indica que o município está deficitário com quesito educação e deve averiguar os motivos, para alcançar índices mais elevados, no futuro.

A taxa de mortalidade infantil conforme apresentada, está moderada, ainda assim, deve se atentar para os números e averiguar se as mortes estão relacionadas a violência, a causas naturais ou à condição de vulnerabilidade.

O Índice de Gini de 0,53, indica que o município se encontra em desigualdade social, e que políticas públicas devem ser desenvolvidas, para reverter esse quadro. Apesar de estar quase na média (nem próximo de 0, nem próximo de 1), a desigualdade social presente acaba afetando vários setores na sociedade, principalmente a economia.

A taxa de indivíduos pobres também é alta, chegando a 40,02% da população municipal. Juntamente com uma taxa de extrema pobreza que é 14,63%, tem-se um percentual de 54,65% da população, com dificuldades em suprir alguma necessidade básica. Dado preocupante, pois metade da população sofre com algum tipo de carência socioeconômica.

Com o percentual alto de pobreza, logo, outros problemas surgem, como a falta de qualificação para o mercado de trabalho, a evasão escolar, o problema de saúde do indivíduo, a falta de expectativa de vida melhor, a dificuldade de exercer a cidadania e atuar como um sujeito ativo no meio em que vive.

Assim, como a pobreza do Brasil é decorrente da desigualdade social, apesar do país ser rico em recursos naturais, em Ubatã não é diferente. A má distribuição da renda tem elevado os índices de vulnerabilidade no país (FARIA, 2000), assim como no município em questão. Essa distribuição desconexa ocorre desde os primórdios, no país, assim uma quantidade grande da população possui pouca renda e uma quantidade mínima possui uma concentração maior de renda.

A pobreza é uma condição de privação, cujo os indivíduos carecem de alimento, saúde, vestimenta, de acesso a serviços simples como educação, saneamento, habitação e etc. Tal problemática leva a população a vulnerabilidade social e suas mazelas, como falta de escolaridade, saúde de qualidade, condição boa de moradia e etc. O quadro 2 traz as condições de vulnerabilidade social em Ubatã:

3.2 O CRAS de Ubatã-Bahia e sua respectiva demanda social

O CRAS de Ubatã-Bahia realiza reuniões periódicas, para executar prioritariamente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e também o atendimento às famílias por demanda espontânea, busca ativa e referenciada de outros setores e da rede socioassistencial, bem como a gestão territorial no processo de articulação entre os serviços do território.

A estrutura do CRAS de Ubatã-Ba é composta por 01 coordenador (Nível superior), 01 recepcionista, 01 vigilante, 03 serviços gerais, 01 cozinheira, 02 psicólogos, 01 assistente social, 04 orientadores sociais, 01 educador social e 02 colaboradores sociais (técnicos).

É uma instituição mantida com os recursos federal Fundo Nacional de assistência Social - FNAS e estadual Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), os quais são alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Entretanto, o município também aloca, com recursos próprios, quase R\$ 1.000.000,00 anuais, pois muitos serviços socioassistenciais só podem ser efetivados com recursos ordinários.

Esse dispositivo legal – resolução – passou pelos Conselhos Estadual e Municipal os quais regulamentaram esses serviços. Na cidade de Ubatã-Bahia o CRAS possui previsão de atendimento anualmente, das famílias, entre Serviço de Proteção e Atendimento a Família - PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, com a faixa etária que varia de 0 a maiores de 60 anos (CRAS, 2018).³

As atividades e ações do CRAS, de maneira geral são previstas anualmente. Por conta disso, os municípios se organizam e também controlam a receita orçamentária para o determinado fim. Para a realização prevista no programa anual, o município de Ubatã-Bahia possui uma previsão financeira para o atendimento de 700 famílias anuais, como se observa no quadro abaixo:

| | Orçamento |
|---|-----------------------|
| Quantidade de CRAS confinados | 1 |
| Capacidade de atendimento de referência (famílias ano/NOB ⁶ -SUAS) | 700 |
| Famílias Referenciadas | 3.500 |
| Previsão de repasse anual | R\$ 100.800,00 |
| Situação atual de pagamento | Liberação Contínua |
| Valor de Referência | R\$ 8.400,00 |

Quadro 5 – Receita orçamentária e previsão de atendimento do CRAS – Ubatã-Bahia/ Piso básico fixo – CRAS/PAIF – Referência: janeiro de 2019

Fonte: BRASIL (2019)

3 Informações institucionais (verbal) do CRAS de Ubatã/Bahia. .

O orçamento anual corresponde a uma associação de investimento constituído entre verbas federais, estaduais e municipais com o principal objetivo de alcançar as metas e benefícios planejados, que além de trazer melhorias para as famílias atendidas, também visa contribuir para o desenvolvimento do município de Ubatã-Bahia.

Esse orçamento de R\$ 8.400,00 corresponde ao mês, porém há casos que são encaminhados para a Assistência Social, porque o CRAS, não tem como auxiliar o indivíduo financeiramente, esses recursos é para desenvolver ações e manter os serviços funcionando.

O CRAS é parceiro da estrutura de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), que busca promover o fortalecimento do vínculo familiar e o amparo das famílias. A família é a instituição fundamental do ser humano, por isso a sua valorização, para que esse vínculo permaneça forte e que as pessoas em condição vulnerável não perca o vínculo familiar que é responsável pela educação e proteção na sociedade do ser em formação.

| Piso Básico Variável - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | quantidade |
|--|-----------------------|
| Capacidade de atendimento de referência | 300 |
| Meta de inclusão do público prioritário | 150 |
| Valor de referência do trimestre | R\$ 45.000,00 |
| Valor de referência do ano | R\$ 180.000,00 |
| Usuários registrados no SISC em situações prioritárias | Apurado em 20/12/2018 |
| Situação atual de pagamento (trimestre) | Liberado |
| Valor real de repasse (trimestre) | R\$ 24.750,00 |

Quadro 6 – Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos

Fonte: BRASIL, 2019.

Os serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos são realizados pelo PAIF e correspondem à realização de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas de acordo com a idade do usuário. Portanto, podem participar crianças, jovens, adultos e idosos; pessoas com deficiência, vítimas de violência, pessoas sem amparo social. Possui um caráter preventivo promovendo ações que inviabilizem a condição de vulnerabilidade.

Os profissionais do CRAS necessitam conhecer as demandas do território de abrangência, para que possam realizar as ações de intervenção de maneira a beneficiar seu público alvo, no intuito de diminuir as desigualdades sociais.

| Atendimentos individualizados realizados | (2016) | Média /mês | (2017) | Média /mês |
|---|---------------|-------------------|---------------|-------------------|
| Total de atendimentos individualizados realizados | 1.062 | 118 | 3.612 | 301 |
| Total de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único | 37 | 4,11 | 155 | 12,92 |
| Total de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único | 53 | 5,89 | 226 | 18,33 |
| Total de Famílias encaminhadas para o CREAS ⁷ | 2 | 0,22 | 3 | 0,25 |
| Total de Visitas domiciliares realizadas | 84 | 9,33 | 446 | 37,17 |

Tabela 1 – Atendimentos individualizados no CRAS 2016 e 2017

Fonte: BRASIL, 2018.

No quadro comparativo entre os anos de 2016 e 2017, observa-se que o município apresentou um aumento significativo no número de atendimentos individualizados, (1062 para 3612) em mais de 100%. O total de famílias que foram incluídas no CadÚnico evoluiu, passando de 37 para 155.

As famílias são orientadas para fazerem a atualização do Cadastro Único, pois sem a atualização pode ter o benefício social bloqueado.

Quanto as atividades especializadas de acompanhamento o total de visitas domiciliares também aumentou, (430,9 % evolução bastante significativa) essa demanda de crescimento dos serviços do CRAS ocorre por conta da divulgação da instituição, por meio das ações e visitas em bairros com alta proporção de marginalização, levando assim à população as informações necessárias para busca pelos serviços ofertados.

Outro fato que também provocou o aumento de indivíduos na Instituição foi a localização, atualmente o CRAS está próximo ao centro da cidade, um local de fácil acesso, como também a divulgação das atividades em praça pública.

| Atendimentos Coletivos Realizados | quantidade (2016) | Média-mês | quantidade (2017) | Média-mês |
|---|--------------------------|------------------|--------------------------|------------------|
| Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF | 1.150 | 127,78 | 618 | 51,5 |
| Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos | 270 | 30 | 290 | 24,17 |
| Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | 474 | 52,67 | 497 | 41,42 |
| Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos | 572 | 63,56 | 345 | 28,75 |
| Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos | 503 | 55,89 | 401 | 33,42 |
| Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado | 1.199 | 133,22 | 1258 | 104,83 |
| Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF | 64 | 7,11 | 47 | 3,92 |

Tabela 2 – Atendimentos Coletivos no CRAS, 2016 e 2017

Fonte: BRASIL, 2019

Os serviços coletivos realizados, em alguns aspectos houve redução, já em outros ocorreu um leve aumento como verificado no quadro a cima. Esse serviço deve levar em consideração os diversos grupos reconhecendo suas demandas, as crianças e jovens são atendidos por meio do esporte, de ações conjuntas como palestras e celebração de datas relevantes, os idosos recebem a mesma atenção são disponibilizados para esses grupos palestras, oficinas de dança, dentre outras atividades como curso de culinária, Festa da melhor idade (viva bem com a idade que tem), uma comemoração que ocorre no mês de setembro, com os festejos da festa de emancipação política de Ubatã-Ba.

A redução das famílias (PAIF) é por conta da atuação do CRAS, ao deixar a zona de risco esses indivíduos diminuem a procura pelo serviço, mas o CRAS continua fazendo as visitas. Já o número de crianças aumentou, por conta das visitas e da parceria com o Conselho Tutelar, denuncia de maus tratos, como também medidas socioeducativas determinadas pelo Ministério Público são acompanhadas pelo CREAS e CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assistência social tem melhorado com o passar do tempo e isso é bem vantajoso para parte da população que vive à margem da sociedade. A Constituição Federal de 1988 consagrou o direito do indivíduo de ser acolhido pelas instituições, porém ainda há muito a ser feito e conquistado, principalmente, quanto à diminuição do número

de famílias em condição de extrema pobreza.

O propósito dessa pesquisa foi apresentar uma sucinta trajetória das políticas assistencialistas que resultaram na implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como também a sua prestação de serviço no município de Ubatã-Ba entre os anos de 2016 e 2017.

Concluiu-se que as Políticas Públicas ganharam atenção especial depois do processo de redemocratização do país. Antes desse período os indivíduos que necessitavam de assistência, eram direcionados às igrejas e profissionais ligados à saúde, que na maioria praticavam a caridade. As Políticas Assistencialistas, nesse contexto, tem resgatado a população que está em situação de risco e a direcionado para uma situação de atividade, a qual o sujeito se sinta inserido na sociedade, como ator do seu dinamismo e desenvolvimento. O CRAS de Ubatã-Bahia foi implantado no município no segundo semestre de 2010 e sua atuação foi iniciada no ano de 2011.

O município de Ubatã-Ba é um local com dificuldades em oportunidades de trabalho, tendo sua principal fonte de geração de renda a Prefeitura Municipal e o comércio local. A produção agrícola, ainda mantém o forte laço com a monocultura do cacau e o cultivo de outras frutas para a produção de polpas. Os empregos informais em sua maioria, se tornam a principal opção para quem está em busca da inserção no mercado de trabalho. Porém dados apontam que mais da metade da população necessita de assistência das instituições pública, principalmente aquelas que se associam com o número de pobreza e extrema pobreza. O que eleva também os gastos municipais.

O CRAS cumpre seu papel proativo, preventivo e protetivo por meio de ações que fazem parte do calendário fixo da Instituição e de novas ações que podem surgir no decorrer do ano. O número de atendimentos individuais entre 2016 e 2017, aponta para um aumento, do número de atendimentos e cadastros, demonstrando que a sociedade tem reconhecido o empenho do CRAS e, por isso, a procura tem aumentado, pelos resultados positivos, que incluem toda a população ubatense.

As doações realizadas pelo Centro também aumentaram. Já os atendimentos coletivos apresentou uma redução, que segundo a Instituição, derivou do comportamento de algumas famílias que desistem do acompanhamento social e de que outras saem da zona de risco social.

De um ano para o outro, o CRAS conseguiu ampliar seu atendimento, fazer mais visitas domiciliares e desenvolver atividades com maior entrosamento para os que procuram apoio, como às práticas de esporte, o acompanhamento psicológico, oficinas de artesanato para idosos e a celebração de datas importantes, como o dia das mães, os festejos juninos, o dia dos avós, o dia da mulher, o aniversário da cidade e os festejos natalino.

Apesar dos pontos positivos, do empenho da Instituição em cumprir seu papel, ainda há muito a se fazer, como a busca pelo aumento das visitas em bairros periféricos, o fortalecimento da participação da família, em conjunto com todos os seus membros,

nas atividades coletivas, o resgate da população em extrema pobreza. Outro fator é à necessidade de ações voltadas para o público masculino.

Por outro lado, vem sendo construído o fortalecimento da parceria com o Conselho Tutelar para intensificar a proteção à criança e ao adolescente já que, de acordo com o Censo 2010 - 65,25% da população ubatense está vulnerável à pobreza, e o número de crianças está cada vez maior. Espera-se que no próximo Censo de 2020 esse número tenha sido reduzido.

Enfim, quanto maior for a eficácia do CRAS, maior será o amparo dado à população ubatense, que deverá ser beneficiada e também beneficiar o município ao se constituir um quadro ampliado de cidadãos com sentimento de pertencimento ao município e atuante no espaço onde reside.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, T. A. M. **O CRAS como estratégia para efetivação da proteção social básica na esfera municipal** – Desafios, Tensões e Direções. 2009. 195f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ATLAS BRASIL. **Perfil do município de Ubatã-Ba**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 14.06.2019

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME –. **A melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços**. 1 ed. Brasília: MDS, 2009a.

____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Orientações Técnicas sobre o PAIF vol. 1.: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2004.

____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2009c.

COSTA, B. L. D.; BRONZO, C. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão. In: FARIA, C. A. P. de. (Org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012. p. 50-81.

CRAS. **Centro de Referência de Assistência Social**. Ubatã-Bahia, 2019.

____. **Centro de Referência de Assistência Social**. Ubatã-Bahia, 2018.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1996.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FARIA, V. E. Brasil: Compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social, in **Pobreza e Política Social**. CADERNOS ADENAUER, nº 1. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

FREITAS, R. C. M. **O governo Lula e a proteção social no Brasil**: desafios e perspectivas. Revista *Katályasys*, v. 10, n. 1, p. 65-74, jan./jun. 2007

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Atlas, 1990.

GODINHO, I. C. **Uma reflexão sobre o trabalho com famílias na política de assistência social**. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 18, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2012.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2002.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Trad. José Ricardo Brandão Azevedo. 7 ed. Rio de Janeiro: campus, 1981.

IBGE. **Panorama das cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ubata/panorama>. Acesso em: **12 de outubro de 2018**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, H. F. **O modelo de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus desafios à garantia dos direitos sociais**. 2012. 156f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A Política Social Brasileira no século XXI**. A prevalência dos programas de transferência de renda. 4 ed. rev. Atual. São Paulo: Cortez, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Econômico-financeira 83
Aprendizagem Organizacional 88, 89, 136, 361
Atividade Física 43, 44, 46, 47, 48, 51
Auditoria 83, 84, 86, 190

C

Capacidade Absortiva 7, 88, 89, 90, 91, 93, 95
Cerâmica 7, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 157
Compartilhamento 27, 29, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 92, 116, 122, 177, 326, 334, 344, 360
Comunidade de Aprendizagem 111, 362
Conhecimento 6, 7, 9, 10, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 73, 74, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 113, 115, 116, 126, 127, 130, 132, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 160, 161, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 201, 205, 206, 208, 210, 216, 219, 223, 235, 248, 265, 274, 276, 277, 278, 279, 292, 293, 295, 297, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 333, 335, 336, 338, 340, 342, 343, 344, 346, 349, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 388, 390, 394, 405, 406, 407, 411, 414, 416, 418
Contabilidade Pública 83
Cooperação 7, 47, 93, 114, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 172, 180, 228, 229, 280, 361, 397, 398

D

Desastres Climáticos 7, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109
Desconsideração 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25
Desenvolvimento Econômico 5, 7, 25, 30, 124, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 239, 241, 280, 360
Desenvolvimento Social 75, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 194, 202, 348, 357
Direito empresarial 6, 20

E

Educação Intercultural 1, 13, 14
Ensino Prisional 53, 55
Estado 6, 8, 1, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 61, 67, 75, 81, 103, 105, 110, 113, 114, 117, 120, 122, 130, 132, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149,

150, 151, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 183, 188, 189, 204, 206, 207, 208, 209, 222, 224, 230, 231, 235, 246, 247, 251, 252, 257, 263, 274, 316, 320, 326, 336, 348, 349, 351, 358, 371, 415

etnoReconhecimento 1, 2, 3, 17, 18

Extensão Acadêmica 111

G

Gestão 6, 8, 3, 5, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 88, 89, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 130, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 174, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 281, 282, 295, 352, 357, 370, 388, 395, 397, 405, 416, 418

Gestão do conhecimento 6, 27, 29, 36, 40, 88, 174, 177

Guerreiro Ramos 6, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 80

I

Inovação 7, 27, 29, 36, 38, 39, 41, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 269, 359, 360, 361, 364, 371, 375

Inteligência 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 271, 272, 339, 340, 377

J

Justiça do trabalho 20, 21, 22, 24, 25

K

Karl Mannheim 68, 69, 70, 71, 81, 82

L

Liderança 7, 47, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 131, 156, 157, 165, 170, 171, 182, 280, 362

M

Municípios Paranaenses 7, 100, 102, 104

Museus 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 313, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 330, 331

P

Personalidade Jurídica 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Pesquisa Aplicada 124, 125, 133

Pesquisa Básica 124, 125, 131

Planificação 6, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 116

Policial Militar 43, 45, 47, 48, 49

Prática Estratégica 53, 59, 61, 67

Projeto de Arte 111

Projeto de Remição pela Leitura 53, 57, 58, 60, 63

Psicologia Militar 43, 46

R

Reforma Trabalhista 6, 20, 21, 24, 25

Resiliência Financeira 7, 100, 101, 102, 104, 105, 108

Revisão sistemática 7, 88, 92, 95

S

Saúde do Trabalho 43

Segurança Pública 5, 6, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49

Suicídio 43, 47, 49, 50, 51, 52

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021